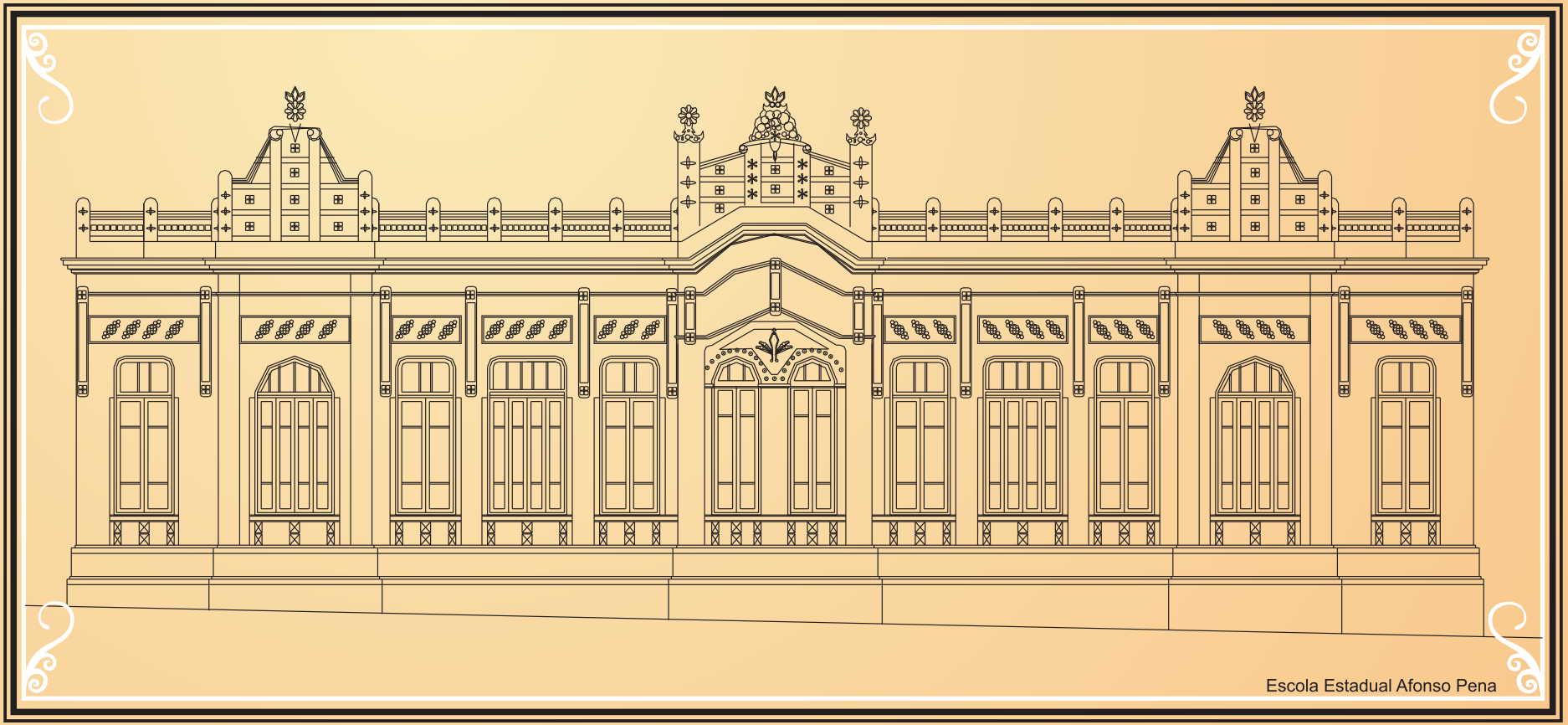
Memórias das Catanduvas:

Varginha e seu Patrimônio Cultural.



Escola Estadual Afonso Pena

"O que nós mesmos construímos, temos a libertade de demolir, mas o direito sobre aquilo pelo qual outros homens deram sua força e riqueza e vida para realizar, não expira com a morte deles; menor ainda é o nosso direito de dispor daquilo que eles legaram. Essa herança pertence a todos os seus sucessores. Milhões, no futuro, podem lamentar ou serem prejudicados pela destruição de edifícios que nós dispensamos levianamente em nome de nossa presente conviniência."

John Ruskin - A Lâmpada da Memória.

Palacete Dona Vica Frota

Memórias das Catanduvas:

Varginha e seu Patrimônio Cultural.

Uma Ferramenta Pedagógica a serviço da preservação do nosso Patrimônio Cultural

A Educação Patrimonial é um trabalho permanente de envolvimento de todos os segmentos que compõem a comunidade, visando à preservação dos marcos e manifestações culturais e, principalmente, ao fortalecimento da autoestima das comunidades pelo reconhecimento e valorização de sua cultura e seus produtos.

Esse "autodespertar" motivado tem como temática toda a produção cultural de uma comunidade ou grupo social, objetivando a promoção de uma mudança de percepção da realidade cotidiana, valorizando cada detalhe e elemento dos produtos culturais.

Por ser um processo educacional, formal e não formal, a educação patrimonial usa situações e ações que provocam reações, interesse, questionamentos e reflexões sobre o significado e valor dos acervos culturais e sua manutenção e preservação.

O desenvolvimento desse senso de pertencimento nas comunidades permite a cumplicidade e legitimidade das ações em defesa, conservação e preservação do patrimônio cultural.

Esta publicação – ***Memórias das Catanduvas - Varginha e seu Patrimônio Cultural*** – pretende ser uma ferramenta de apoio a agentes culturais, professores e líderes comunitários na efetivação do trabalho permanente e sistemático de sensibilização da comunidade, conhecido como Educação Patrimonial, com vistas ao conhecimento do patrimônio cultural, sua conservação e preservação. Pretende também contribuir para orientar a elaboração e implementação das atividades de educação patrimonial a serem desenvolvidas nas comunidades e nas escolas

Antônio Silva - Prefeito Municipal

Uma Educação Patrimonial Permanente

A cultura como prioridade no contexto nas políticas públicas municipais; a postura vigilante e indormida do ***Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural – CODEPAC*** na conservação e preservação do nosso patrimônio cultural; e a ação permanente e vigorosa da ***Fundação Cultural do Município de Varginha*** no processo de restauração e revitalização dos equipamentos e espaços culturais como referências do processo de polarização e irradiação do desenvolvimento cultural do Município, objetivam a sensibilização das comunidades quanto à preservação do seu patrimônio e de sua memória através da adoção de posturas preservacionistas, tendo em vista que um dos principais fatores de dano ao patrimônio histórico e cultural é sua desqualificação como fonte de referência para a identidade local, na maioria das vezes derivada do desconhecimento de sua importância para a identidade local – os modos de fazer, criar e trabalhar da nossa gente, o conjunto de manifestações, realizações e representações do nosso povo, das nossas comunidades.

Para a ***Fundação Cultural do Município de Varginha*** e o ***CODEPAC***, que orientam as suas ações nessa perspectiva, a educação patrimonial é vista como um processo. Processo de apreensão de conhecimentos através de reflexão constante, do pensamento crítico, criativo e da ação transformadora do sujeito, constituindo-se uma atividade condicionada histórica e socialmente.

A educação patrimonial – decorrente da educação para a cidadania – deve enfatizar e enfocar dois aspectos: o conhecimento intelectual do objeto e o conhecimento afetivo que o transforma num bem e se volta para o seu reconhecimento e valorização como traço identificatório comum. É precisamente aí que se torna mais e mais importante a interação entre os diversos sujeitos sociais, dando sentido e pertinência ao patrimônio cultural.

Preservar é, então, a partir desse conceito, uma atualização constante da memória e dos valores que definiram aquele objeto (bem) ou expressão cultural como representativos e, portanto, patrimônio da coletividade. É o resultado final que esperamos alcançar nesta 4ª Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, através de uma educação patrimonial permanente.

Francisco Graça de Moura
Diretor Superintendente da Fundação Cultural do Município de Varginha.

Origens Históricas de Varginha

Avenida Rio Branco no início do século XX, antiga igreja do Rosário ao fundo.

A região onde se situa o município de Varginha foi habitada, até o final do séc. XVII, pelo grupo indígena dos Cataguás. Esta etnia – cujo nome significa "gente boa" – é descrita por historiadores e arqueólogos como um povo guerreiro e forte, de estatura mediana, conhecedor da cerâmica, nômade, que vivia em abrigos rudimentares. Catanduvas (ou Catandubas), palavra de origem tupi, foi o nome que deram a esta região, e significa "mato espinhoso e rasteiro", comum nestas terras com solo argiloso e pouco fértil.

A Coroa portuguesa, objetivando ampliar e ocupar o território brasileiro e buscar riquezas minerais (pedras e metais preciosos), fomentava, no referido século, expedições de exploração pelo interior do Brasil – as chamadas Entradas ou Bandeiras –, o que expulsou e dissipou os habitantes originais da região. A partir daí, despontaram os primeiros povoados ou arraiais, para o abastecimento e descanso das tropas, lideradas, em diversos momentos, por Fernão Dias Paes Leme (1608-1681), que daria nome a uma das principais rodovias mineiras. Foi nesse contexto, enfim, que Varginha surgiu.

O primeiro registro da existência de Varginha data de 1763: é um documento episcopal que se refere à Ermida de Santo Antônio, localizada na antiga estrada que liga Três Pontas a Campanha. Em 1795 tem-se a primeira referência, num decreto diocesano, à Capela do Espírito Santo das Catanduvas. As Cartas de Sesmarias, documentos oficiais que conferiam terras nesta região aos seus proprietários, datam entre 1771 e 1798. O primeiro batizado de que temos notícia ocorreu em 1795 e foi documentado no Livro de Registro de Batizados de Lavras do Funil, uma vez que, na época, o povoado fazia parte do Distrito Paroquial de Sant'Anna de Lavras do Funil, o atual município de Lavras.

Em 1806 o povoado contava com cerca de 1.000 pessoas e, no ano seguinte, foi criado o Curado do Espírito Santo das Catandubas – título que remete ao fato de a edificação ter servido como residência de um pároco (também chamado de Cura), – situado na região central da contemporânea Varginha. O nome Varginha somente seria documentado pela primeira vez em 1816, no 3º Livro de Casamentos de Lavras, denominação que já vinha sendo usada popularmente, devido à geografia da região que apresenta áreas de vargem.

Em 1850 o Curato do Espírito Santo da Varginha foi elevado à categoria de paróquia, através da Lei Provincial nº 471, tendo sido anexado ao município de Três Pontas. Somente em 1881, através da Lei Provincial nº 2.785, é que seria elevado à categoria de vila e adotaria o nome de Vila do Espírito Santo da Varginha. No brasão municipal estão inscritas essas duas datas importantes no desenvolvimento da cidade, além da figura da pomba que representa o Divino Espírito Santo. Finalmente, um ano depois passou da condição de vila para cidade do Espírito Santo da Varginha, e se emancipou de Três Pontas.

Esquema Cronológico

Cataguás – Até fins do Séc. XVII
Povoado – 1763 a 1807
Curato – 1807 a 1850
Paróquia (Freguesia) – 1850 a 1881
Vila (Município) – 1881 a 1882
Cidade – 1882
Comarca - 1892 (Sales, 2003)

Vila do Espírito Santo da Varginha, quando passa a Cidade.

Outros fatos Históricos Importantes

Durante seu desenvolvimento, Varginha pertenceu à Comarca do Rio das Mortes, um território extenso e de limites imprecisos. Pertenceu, também, por breve período, a Lavras e, posteriormente, à comarca de Três Pontas. Varginha também incorporou outros distritos: Elói Mendes, emancipado em 1911, e Carmo da Cachoeira, emancipado em 1938.

Em 1831 foi inaugurada a ponte sobre o Rio Verde, no Porto dos Farinhas, fundamental para ligar Varginha a Campanha. Neste mesmo ano foi construída a primeira Igreja do Divino Espírito Santo. Em 1845 foi erigida a Igreja do Rosário, na Av. Rio Branco. Em 1889 a Igreja Matriz foi demolida para dar lugar a uma nova Matriz, que só ficaria pronta cerca de dezenove anos depois. Em 1892 verificou-se a inauguração da Estação de Varginha da Estrada de Ferro Muzambinho. Em 1899, teve início o calçamento das ruas varginhenses.

Em 1888, com a abolição da escravatura e a necessidade de contratação de mão de obra, chegou a primeira leva de imigrantes italianos. Além destes, imigraram também, dentre outros, portugueses, turcos, sírios, libaneses e espanhóis, que contribuíram para a formação da identidade varginhense.

Em 1902 ocorreu a inauguração da iluminação pública a gás de acetileno. Em 1913 verificou-se a fundação da Empresa Telephonica Varginhense, com mais de 300 aparelhos instalados, e a transferência do Cemitério Municipal, que ficava na Praça da Fonte, além da demolição da antiga Igreja do Rosário. Em 1914 chegou a luz elétrica, que substituiu a iluminação a gás, tendo sido inaugurado, no mesmo ano, o Mercado Municipal e o Jardim Municipal (atual Praça Dom Pedro II, também chamada Jardim do Sapo). Em 1915 foi inaugurada a primeira agência bancária da cidade, o Banco Hypotecário Agrícola, na Av. Rio Branco, seguido, em 1918, pelo Banco do Brasil, instalado na Praça Dom Pedro II. No mesmo ano, surgiu o Ginásio Coração de Jesus, para rapazes, sob os cuidados dos irmãos Marista.

Em contrapartida, em 1923 foi fundado o Ginásio e Escola Normal dos Santos Anjos, exclusivo para as moças. Em 1924 despontou o Grupo Estadual Afonso Pena, apoiado pelo Estado. Em 1927 foi fundado o Asilo São Vicente de Paula e o Theatro Capitólio. Em 1928 foi reformada a Igreja Matriz, com a retirada das duas torres laterais. Em 1934 a antiga Estação Ferroviária foi ampliada. Em 1956 foi inaugurado o Cine Rio Branco, com capacidade para 1.460 pessoas, tendo sido considerado, na época, um dos mais sofisticados do mundo, atualmente tombado como patrimônio estadual. Em 1974 foi demolida a antiga Igreja Matriz, para construção de uma nova Igreja com características modernas, que foi inaugurada em 1980.

Vista aérea de Varginha

Patrimônio Cultural é o conjunto de bens materiais e imateriais, móveis ou imóveis, particulares ou públicos, que, por seu valor cultural, seja ele artístico, arquitetônico, paisagístico, étnico ou histórico, deve ser considerado importante para a preservação da identidade de um povo.

Este Patrimônio pertence em parte aos antigos, que fizeram parte de sua história, também aos que atualmente velam e se relacionam com ele, bem como aos que ainda virão e partilharão dessa herança cultural.

CODEPAC

Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha

Em 1997, através da Lei n° 2.896, foi instituído o **Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha - CODEPAC**, com o intuito de proteger os bens culturais, públicos ou particulares, dotados de valor estético, étnico, filosófico ou científico, ou seja, aquelas edificações, objetos e conhecimentos que tenham importância histórica e cultural para a cidade.

Esta mesma Lei estabelece que estes bens devem ser Tombados, ou seja, registrados no Livro do Tombo, ficando assim impedidos por força de lei de serem destruídos, demolidos ou mutilados, nem mesmo serem reparados, pintados ou restaurados, sendo que para isso devem ter a prévia autorização da Prefeitura e do CODEPAC. Ficam ainda protegidas as áreas na vizinhança dos bens tombados, sujeitas a multa se não tiverem a autorização do CODEPAC, para qualquer obra seja de reforma ou construção. Estabelece também que estes bens tombados podem ficar isentos do IPTU, enquanto o proprietário zelar pela sua conservação, sendo que para tanto deve fazer requerimento, renovado anualmente.

O objetivo destas ações não é “congelar” a cidade em sua ambiência antiga, mas sim de manter viva e consolidada parte de sua história, para que as futuras gerações possam perceber e se identificar com suas raízes culturais, suas origens e assim ter maior contexto, base firme para edificar o futuro. Propõe-se, assim, construir o novo sem destruir o antigo e assim fazer com que possam conviver em equilíbrio e harmonia, valorizando ainda mais a nossa cidade e sua identidade cultural.

1-ANTIGA CADEIA PÚBLICA

Atual Delegacia de Polícia Civil
Praça João Gonzaga, 91
Propriedade: estadual
Tombamento: abril de 2000

No final do século 19, Varginha já possuía uma cadeia de pequeno porte. Durante o conturbado período entre 1915 e 1918, a edificação mostrou-se insuficiente para sua finalidade, o que levou as autoridades à decisão de construir uma nova cadeia, que abrigou, também, o Fórum até 1926. A construção da nova cadeia pública de Varginha ficou sob os cuidados do engenheiro Domingos Lúcio, resultando num edifício eclético, de dois pavimentos, sóbrio e austero, sendo a fachada principal a única adornada e com recuo na sua porção central. Foi implantado junto à via pública, em terreno com aclive, sobre base de pedras, mais alta do lado esquerdo do imóvel. Suas paredes de tijolos maciços têm espessura que variam, chegando até a 60 cm em alguns cômodos.

Antiga Cadeia e 1º Fórum da Comarca de Varginha em foto de 1918.

2 - CASA DA CIDADE / CÂMARA MUNICIPAL

Pça Governador B. Valadares (Antigo largo da Matriz), 11
Propriedade: municipal
Tombamento: 03 de março de 2000

Moradia do Sr. Roque Rotundo, em 1918.

Construído em 1882 pelo Major Matheus Tavares da Silva, rico cafeicultor local e primeiro presidente da Câmara Municipal da época, a edificação com estilo eclético simboliza a força e o poder da riqueza gerada pelo café. Construído em alvenaria de tijolos, com paredes internas em pau a pique, inicialmente possuía platibanda com balaústres em toda sua extensão superior. Em 1905, depois da morte do Major Tavares, o imóvel foi adquirido pelo empresário Roque Rotundo, que lhe conferiu uma reforma incorporando um balcão no pavimento superior e retirando a platibanda. Foi instalado no térreo, até meados dos anos 60, uma loja de aviamentos e perfumaria que atendia toda a região e residência no pavimento superior. Depois disto o imóvel passou a ser sede da Cooperativa dos Cafeicultores de Varginha, até a construção da nova sede da entidade, na Vila Paiva. O velho casarão, então sem uso e abandonado, começou a se deteriorar, culminando, em 1993, com o inicio do desmoronamento do telhado e das paredes. Em 1995, o poder público municipal adquiriu o imóvel, iniciando as obras de restauro e reabilitação. Em 1996, o casarão foi entregue de volta à população. Finalmente, em 1997, passou a funcionar como sede do poder legislativo municipal, abrigando a Câmara de Vereadores de Varginha.

Sobrado em distintos momentos de sua história.

3 - ESCOLA ESTADUAL AFONSO PENA

Praça Roque Rotundo (Antiga Praça da Bandeira), 86
Propriedade: estadual
Tombamento: 03 de março de 2000

A Escola em momentos de sua história e detalhes do coroamento central.

Inaugurado em 1924, pelo então prefeito José Augusto de Paiva, o edifício se destaca pela sua fachada requintada e bem detalhada em estilo eclético, com predominância do neoclássico tardio, onde fica evidenciada a diferenciação da arquitetura pública da civil. Ainda mantém o uso original que lhe garantiu o título de primeira escola pública a ser construída na cidade. Implantada nos limites da via pública, com planta em "u", a edificação apresenta um único pavimento sobre porão alto, característica que trazia maior salubridade às construções. O telhado em quatro águas, com telha de barro sobre estrutura de madeira, é escondido por platibandas, ricamente adornadas. Os detalhes ornamentais restringem-se à fachada frontal, bastante trabalhada, com 12 janelas em arco, encimadas por faixas decorativas com motivos florais e geométricos. O elemento decorativo central destaca-se e coroa o ponto médio da fachada.

4 - PALACETE VILLA DONA VICA

Antigo Fórum
Av. Presidente Antônio Carlos, 258
Propriedade: estadual e municipal
Tombamento: 03 de março de 2000

O imóvel foi construído em 1913 por Antônio Rodrigues de Souza, na esquina da rua paralela à antiga matriz, para ser residência de dona Vica Frota. Ampla, bem arejada, e recuada dos alinhamentos, a residência possui janelas em arco pleno, colunatas e adornos em estilo neoclássico, destacando-se das demais construções da época por possuir banheiro em seu interior. A varanda é emoldurada por três arcos sustentados por colunas. O imóvel manteve o uso residencial até 1924, funcionou como Prefeitura até 1937, e como Fórum até 1998. Hoje é sede do Juizado Especial Cível e Criminal. Embora bastante alterado em seus vãos e divisórias internas, além da perda de sua cúpula, ainda mantém seu aspecto imponente e requintado.

Palacete Dona Vica Frota ainda com sua cúpula original - 1920.

Detalhes arquitetônicos do Palacete Dona Vica Frota.

5 - RESIDÊNCIA DONA VICA FROTA

Pça Governador B. Valadares (Antigo Largo da Matriz),141
Propriedade: particular
Tombamento: 04 de junho de 2001

Foi um dos primeiros imóveis do então Largo da Matriz, sendo estimado que essa construção já existia no último quartel do século 19, por iniciativa do Cel. João Urbano de Figueiredo. Posteriormente foi reformado para a residência de sua filha Dona Vica Frota. O imóvel é classificado como eclético, pela presença de elementos decorativos de inspiração clássica, como pilastras, cimalhas e platibandas (que escondem o telhado frontal), além de elementos com outras influências. Um alpendre guarnecido por gradis de ferro batido delimita o generoso jardim. A praça onde se localiza o imóvel vem sofrendo perdas em seus exemplares históricos, com edificações que descaracterizam a ambiência e alteram o gabarito uniforme (altura das edificações), responsável pela sensação de acolhimento que o local inspira. No final dos anos 80, o imóvel foi adquirido e restaurado pela Embratel. Atualmente o imóvel é de propriedade particular.

Residência D. Vica Frota (edificação do meio) em 1920, vista do antigo largo da Matriz.

6-ANTIGA SEDE DO BANCO DO COMÉRCIO E IND. DE MG

Praça Matheus Tavares, 156
Proprietário: particular
Tombamento: 03 de março de 2000

Em função da efervescente vida comercial de Varginha, nas décadas de 20 e 30 novas edificações foram erguidas junto à área da Estação Ferroviária. O imóvel construído na década de 1930 em estilo eclético possui predominância de elementos neoclássicos: janelas em arco pleno, platibanda e cimalhas escondendo o telhado, detalhes decorativos em massa, capitéis coríntios, tudo representando o progresso e a pujança da cidade. O andar térreo abrigou, a partir de 1934 e até o final dos anos 50, o Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais que, juntamente com o Banco do Brasil, instalado no prédio ao lado, muito contribuiu para o desenvolvimento da cidade. Até hoje é conservado o que resta de seu esmerado piso de ladrilho hidráulico, numa bela composição com o restante do piso em peroba. De propriedade particular, continua servindo como residência no andar superior.

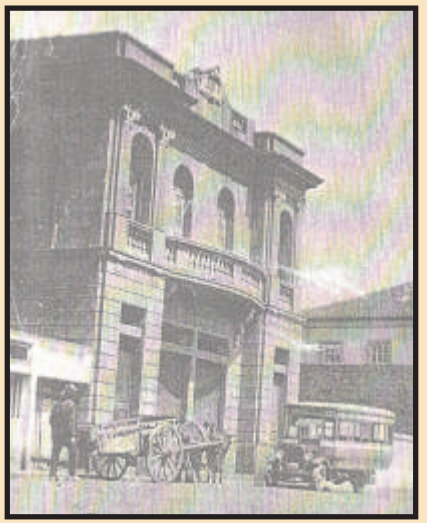


Foto da década de 1930.

Acervo Maria Marta Mazeli

7 - PRIMEIRA AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL DE VARGINHA

Praça Matheus Tavares, 178
Propriedade: particular
Tombamento: 03 de março de 2000

O imóvel foi construído em 1920 para ser sede do Banco do Brasil, justamente no coração comercial da cidade na época. Com dois pavimentos e paredes de até 60 cm de espessura, é uma sólida construção em estilo eclético, com predominância de elementos neoclássicos , com destaque para seu amplo salão térreo, sustentado na parte central por duas imponentes colunas com capitéis coríntios. O banco ocupou o andar térreo e o andar superior serviu como residência até a década de 60. Após a mudança do banco, o local foi utilizado apenas como residência até abril do ano 2000, com a instalação do Museu Municipal de Varginha, que permaneceu no imóvel até setembro de 2013. As reformas realizadas descaracterizaram vãos e esquadrias no andar superior, mas não retiraram a imponência do conjunto.

Acervo Maria Marta Mazeli.

Detalhes do cofre e do portão.

8 - THEATRO MUNICIPAL CAPITÓLIO

Av. Presidente Antonio Carlos, 522
Propriedade: municipal
Tombamento: março de 2000

Idealizado pelo industrial José Navarra, o Theatro foi projetado pelo engenheiro Frisoti Agostini e construído pelos irmãos Antonio e Celestino Pires, tendo sido inaugurado em 1927. Os elementos decorativos da fachada e do interior são atribuídos ao italiano Alexandre Valatti, característicos do período eclético, têm predominância do neoclássico e art nouveau. Durante um bom tempo, o local serviu como sala de espetáculos e cinema. Na década de 70, funcionou apenas como cinema e iniciou um grande período de decadência, que culminou com o encerramento de suas atividades no início da década de 1980. Em 1983 foi adquirido pela Prefeitura, tendo se submetido a amplas obras de restauro e reabilitação, com a construção de novos camarins, sanitários e Foyer, substituição da rede elétrica e hidráulica, além da pintura em geral, com sua reabertura em 1985. Em 2008 passou por novas obras, tendo sido reaberto em maio de 2011.

O Theatro Capitólio em diferentes fotos da década de 1920.

9 - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA

Praça Matheus Tavares, 85
Propriedade: municipal
Tombamento: 03 de março de 2000

Varginha foi grandemente beneficiada com a mudança de traçado da Estrada de Ferro Muzambinho, que não passaria pela cidade. O primeiro trem chegou à cidade em 28 de maio de 1892 – ano em que Varginha foi elevada à categoria de comarca – ,trazendo grande impulso à cidade, juntamente com a imigração italiana. No início da década de 30, teve início a construção de uma nova sede para a Estação, pois a antiga já não comportava os serviços. Em julho de 1934, foi inaugurada a nova Estação, com projeto, considerado proto-modernista com influências futuristas, dos engenheiros Armindo Paione e Brás Paione. É considerada a primeira edificação de Varginha a utilizar o concreto armado em sua estrutura, o que possibilitou vencer grandes vãos em balanço (sem apoios). Após ser desativada na década de 1970, foi adquirida em 2002 pela Prefeitura Municipal, onde, atualmente, abriga a sede da Fundação Cultural de Varginha, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural – CODEPAC, e o Conselho Municipal de Incentivo a Cultura - COMIC.

Estação Ferroviária antes de 1934 e depois da reforma que modificou seu aspecto original.

10 - RACIONALISMO CRISTÃO

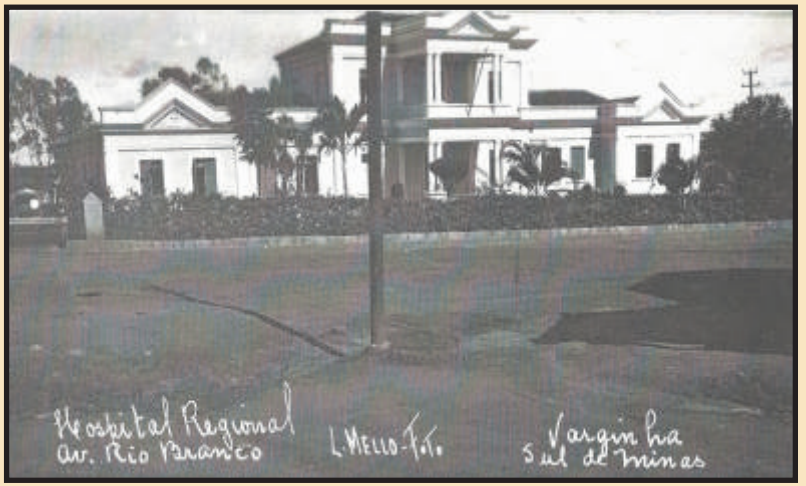
Av. Santa Cruz
Propriedade: particular
Tombamento: agosto de 2002

O imóvel sede do Racionalismo Cristão foi fundado em 23 de maio de 1920 para uso filosófico-religioso, sinônimo do espírito progressista da cidade na época. A edificação em estilo neoclássico, possui adro com quatro colunas dóricas, frontão triangular e cornijas. Suas paredes externas são de adobe e argamassa de barro. Nos anos de 1990 o imóvel foi reformado. Sua importância prende-se ao fato de estar localizado em uma das primeiras e mais importantes vias de comunicação da cidade, que ainda conserva exemplares significativos da época de sua abertura.

11 - HOSPITAL REGIONAL DO SUL DE MINAS

Av. Rui Barbosa, 158
Propriedade: estadual
Tombamento: 03 de março de 2000

Em 1918 a epidemia da Gripe Espanhola trouxe à tona a fragilidade e a carência médico-hospitalar de Varginha. Assim, iniciou-se uma campanha para a construção do hospital da cidade. Em primeiro de agosto de 1923 finalmente o Hospital de Varginha foi inaugurado. Em 1928 o Hospital foi doado ao Estado, se instalando o Hospital Regional de Varginha e, em 1932, foi instituído o Hospital Regional do Sul de Minas. Com a evolução da cidade, a necessidade de uma maternidade era visível, então, em 31 de março de 1953, foi inaugurada a Maternidade do Hospital Regional do Sul de Minas e, no ano de 1962, a Maternidade foi ampliada por espontânea iniciativa do Lions Clube de Varginha. O Hospital ainda mantém suas características predominantemente neoclássicas, com fachada marcada por três frontões triangulares decorados em alto-relevo, sendo o frontão principal, elevado ao pavimento superior, sustentado por dois pares de colunas por pavimento. Possui implantação com um amplo recuo frontal ajardinado e sem recuo lateral. Sua horizontalidade é destacada pelas cimalhas e faixas decorativas, além da equilibrada distribuição de suas janelas encimadas por sobrevergas decoradas.



Hospital Regional em foto de 1928 - Acervo Nico Vidal.

12 - ESCOLA ESTADUAL BRASIL

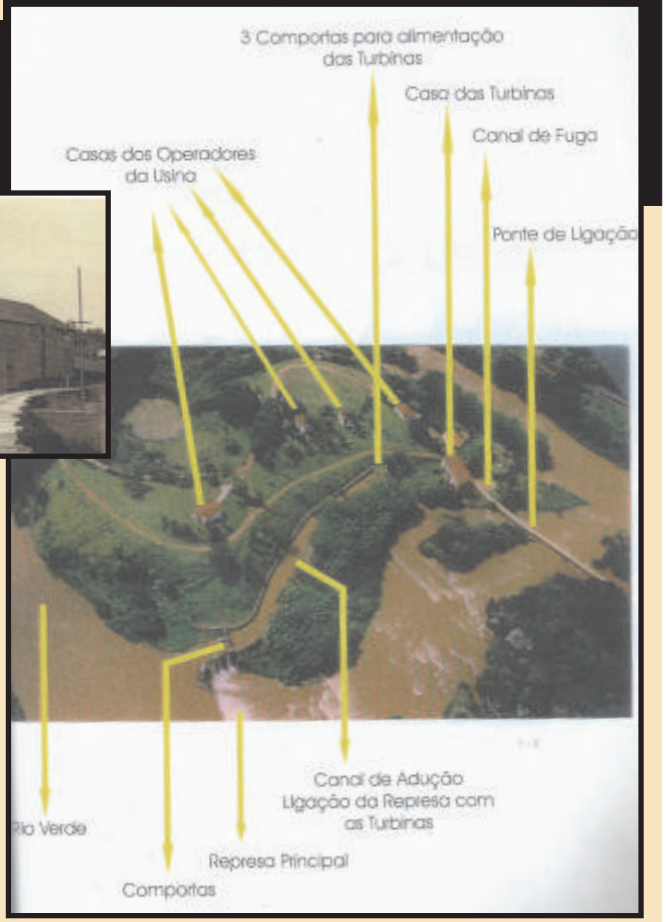
Rua Rezende Xavier, 230
Propriedade: estadual
Tombamento: 03 de março de 2000

Construído em 1933, o Grupo Brasil foi a segunda escola pública a ser instalada na cidade, criada numa época em que se deu o surgimento de várias escolas no Estado de Minas Gerais. A edificação em estilo eclético já sofre influência do art-déco, com seus elementos geométricos, diferenciada pelos elementos salientes que remetem às estruturas enxaimel. Em 1965 o edifício foi alvo de grandes obras de reforma e ampliação. Dono de uma presença discreta e marcante pela sua sobriedade, o Grupo Brasil destaca-se pela simetria presente na fachada, com dois grupos de janelas, ladeando o alpendre da entrada. A destacar também, a sensação de horizontalidade dada pelo renque de janelas nas laterais e pela cobertura de telhas de barro sobre estrutura de madeira.

Grupo Brasil em 1940.

13 – CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA ANTIGA USINA DA ILHA GRANDE

Ilha ao pé da Represa do Rio Verde; paralelo à Rodovia BR-491
Propriedade: particular
Tombamento: Casa de Pedra – 31 de outubro de 2007
Conjunto arquitetônico – 18 de julho de 2013



A Casa de Pedra foi construída em 1912 pela Companhia Mercantil e Industrial Casa Vivaldi para que ali fossem instaladas as turbinas produtoras de força e luz. Em seu entorno foi construída a Represa do Rio Verde, constituída por uma barragem de pedras, com suas comportas, um canal de adução, câmaras de carga e uma barragem de equilíbrio. Em abril de 1914 foi inaugurada a luz elétrica gerada por esta usina, que dispunha de uma capacidade de 2000 cavalos, fornecendo energia para Varginha e cidades vizinhas. Por volta de 1917 passou a se chamar Companhia Sul-Mineira de Eletricidade. A Casa de Pedra é composta de salão principal, sala menor, sanitário e mezanino, foi construída em estilo inglês, em alvenaria de pedra granítica de mão, assentada com argamassa de saibro. O conjunto arquitetônico chamado de Antiga Usina do Braço Seco ou da Ilha Grande (por ter sido formada uma ilha artificial com a construção do canal), possui grande importância na história do crescimento e desenvolvimento regional, tendo atendido cerca de 52 municípios .

14 - TÚMULO "JOAQUIM PARAGUAI"

Cemitério Municipal - Av. Major Venâncio
Tombamento: 01 de dezembro de 2004

Em 24 de novembro de 1864, Francisco Solano López rompia relações com o Brasil, apresava o navio brasileiro "Marquês de Olinda" e invadia o Mato Grosso. Foi o estopim do evento que hoje chamamos de Guerra do Paraguai. Joaquim Francisco Pereira, natural de Aiuruoca, apresentou-se como voluntário para lutar em 1865 (daí a alcunha de "Joaquim Paraguai"). Participou de toda a campanha e foi amigo pessoal de Floriano Peixoto. Foi ferido na Batalha de Itororó e no combate de Lomas Valentinas. Findo o conflito, foi para Varginha, onde viveu até a sua morte, ocorrida em 1932. Seu túmulo foi construído em tijolo e revestido em mármore branco, com base retangular em blocos de pedra. É provido de poucos ornatos, tendo duas colunas seccionadas e pilaretes que lhe conferem sobriedade e elegância. O corpo do bravo brasileiro está enterrado em cova rasa.

Distintivo dos Corpos de Voluntários da Pátria

"Arriscou por nós a vida e foi herói à toda a prova. Em troca, a Pátria querida deu-lhe o berço e dá-lhe a cova. Rolou no imenso declive como um gigante senil. E, embora morto, ainda vive no coração do Brasil."

Inscrição em sua lápide.

15 - PRAÇA DOM PEDRO II (Jardim do Sapo)

Antiga Praça do Pretório
Propriedade: municipal
Tombamento: 03 de março de 2000

A cima Praça D. Pedro II ainda sem a grade e com a fonte. A direita já com o gradil e o coreto - 1918 (acervo Nico Vidal).

Surgida em 1910, conhecida, à época, como Largo Dom Pedro II ou Praça do Pretório, sempre foi importante ponto de encontro e um dos primeiros recantos de lazer da cidade, sobretudo quando a Igreja Matriz ainda estava voltada para o antigo núcleo urbano. Com a intensa religiosidade da cidade, a praça era utilizada como celebração de um dos passos da Via Sacra. Em 1915, a praça foi então totalmente remodelada, com a inauguração de um belo jardim e um coreto, além da retirada do pretório e a colocação de grades em toda a sua volta. Havia também um pequeno lago ou fonte, que atraía um grande número de sapos, dando origem ao carinhoso título utilizado até hoje - Jardim do Sapo. Hoje, as grades e o lago não mais existem, mas a praça continua tendo um importante papel na malha urbana. As árvores de grande porte geram amplas áreas de sombra, seus jardins possuem forração variada e agradável, seus postes de iluminação em ferro garantem a tranqüilidade e o caráter aprazível do local. O coreto, embora não original, também ajuda a compor esse recanto e, em diversas ocasiões, recebeu os seresteiros da cidade. Outro detalhe importante neste local é que os imóveis do entorno não interferem na ambiência da praça, pelo contrário, com exceção de um edifício de apartamentos, a grande maioria dos imóveis foi construída até a década de 1960, mantendo o mesmo gabarito e escala, o que valoriza ainda mais este patrimônio.

16 - PARQUE ZOOBOTÂNICO DR. MÁRIO FROTA

Antigo Parque Zoobotânico Bravo da Câmara
Rua Petrópolis, s/n°- Jardim Petrópolis
Propriedade: municipal
Tombamento: 01 de dezembro de 2004

O Parque Zoobotânico Municipal surgiu em 1963 com a iniciativa do médico Dr. Mário Frota de comprar um terreno para abrigar os animais do Gran Circo Africano, na época em dificuldades financeiras. A inauguração do mesmo se deu em 1966 com a construção dos primeiros recintos de animais e, em 1967, a área foi declarada de utilidade pública. O parque ocupa uma área de quase 5 hectares (43.800 m²) e abriga por volta de 50 espécies, abrangendo cerca de 300 animais. Em 1971 celebrou-se o acordo de cooperação com o Instituto Estadual de Florestas, o parque foi pavimentado e recebeu da Rede Ferroviária a Maria Fumaça, que pode ser encontrada até hoje no local. Batizado originalmente de Parque Zoobotânico Bravo Câmara, em menção ao aviador varginhense que, junto com o Dr. Mario Frota, participara de várias missões na Amazônia, o parque mudou de nome em 1981, após a morte do Dr. Frota: uma homenagem póstuma ao sábio médico que estava sempre preocupado com as questões ambientais. A partir de 1985 foi feito um comodato com a Prefeitura Municipal.

17 - PARQUE FLORESTAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Av. Ruth de Carvalho - São Francisco
Propriedade: municipal
Tombamento: 01 de dezembro de 2004

Em 1976, uma grande área municipal de mata natural de 60 ha, situada junto ao bairro São Francisco, foi declarada, por lei municipal, Parque Florestal Municipal. Em 1982, a área foi ampliada para 110 ha e denominada Parque Florestal São Francisco de Assis, santo protetor da fauna e da flora. Sua vegetação constitui-se basicamente em árvores de cerrado e campo, com grande número de espécies nativas e madeiras de lei. Toda essa vegetação abriga várias espécies de animais de pequeno porte e aves típicas da região. Outra riqueza do parque são as inúmeras minas, formando ribeirões, que são captados e ajudam no abastecimento de água da cidade. O parque é centro de pesquisas, estudos e educação ambiental para a cidade, sendo muito visitado por escolas do município e da região.

18 - PARQUE NOVO HORIZONTE

Praça do Lago, s/n°- Novo Horizonte
Propriedade: municipal
Tombamento: 03 de março de 2000

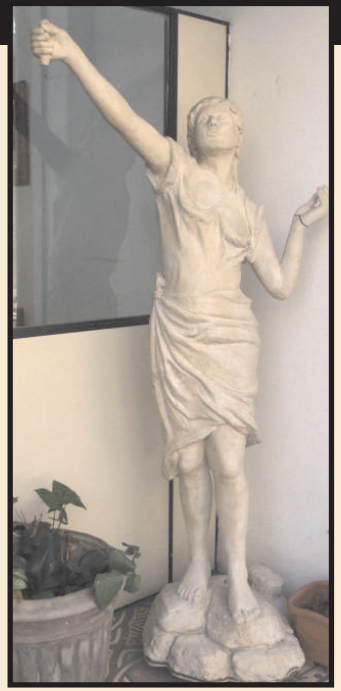
Localizado nas proximidades do Parque Zoobotânico, o Parque Novo Horizonte foi criado em 1987. A grande área do parque, quase três hectares (27 mil m²), é, mais uma vez, resultante da visão ecológica do criador do parque Zoobotânico, Dr. Mário Frota, que, ao construir o loteamento do bairro Novo Horizonte, procurou manter como área de preservação permanente aquele grotão, a nascente e sua mata envoltória. Com sensibilidade, o arquiteto Aristides Martins, em 1987, executou o projeto do Parque para aproveitamento dessa área, tirando partido de suas belezas naturais. Toda a sua estrutura ecológica foi respeitada e a nascente existente – como tantas que brotam nos grotões da cidade – abastece o grande lago central, circulando por uma trilha para caminhadas. Sua mata nativa foi enriquecida com algumas espécies exóticas e abriga um grande número de aves e pequenos animais silvestres. Assim, o Parque Novo Horizonte, com sua grande beleza natural, logo se transformou em um polo aglutinador das atividades de lazer da comunidade varginhense.

19 - PARQUE CENTENÁRIO

Av. Oswaldo Valadão Rezende s/n°- Centenário
Propriedade: municipal
Tombamento: 03 de março de 2000

Ocupando uma área de 175.600 m² (17,5 ha), o Parque Centenário foi criado em 1992. A área já era propriedade do poder municipal e há tempos a população local vinha solicitando sua transformação em parque urbano. Mais uma vez comprova-se o acerto da prefeitura em aproveitar uma área de preservação permanente, remanescente de loteamentos, como área livre em prol da coletividade. A área conta com uma pequena mata natural e abriga três nascentes, que alimentam o seu grande lago central e as duchas para crianças. Outros equipamentos urbanos, como bancos, sanitários e mesinhas – além de caminhos e trilhas – transformaram essa área em outro belo parque urbano.

20 – ESTÁTUA DA DEUSA VÊNUS



Praça da Avenida Rio Branco
Tombamento: Dezembro de 2004

Estátua na Praça Av. Rio Branco - 1970.

À medida que Varginha evoluía, fazia-se necessário embelezar a Avenida Rio Branco (o "coração da cidade"). Na avenida onde se localizava a praça principal, desde a década de 20 existia um lago com a estátua de Vênus - A Deusa do Amor, de Eros, seu filho, e de um cisne, um dos símbolos da Deusa. Durante muitos anos ela foi a cúmplice de namoros proibidos e amores cinematográficos. Também foi a mãe protetora que zelava pelas crianças que ali sempre brincavam. A Estátua foi fundida em cimento, cal e areia e recoberta com uma mistura de pó de mármore e resina poliéster, imitando um marmorizado em tons cinza. Na sua mão direita havia uma fonte de água que jorrava, servindo de chafariz. Mede 1.90m de altura e passou por uma restauração em 1996 e outra em 2007. Atualmente se encontra em exposição permanente no Museu Municipal de Varginha.

21 - MONUMENTO DR. ANTÔNIO PINTO DE OLIVEIRA

Praça da Avenida Rio Branco
Tombamento: 06 de maio de 2004

O Dr. Antônio Pinto de Oliveira foi promotor de Justiça da Comarca de Varginha de 1887/1892, ingressou na política e foi eleito e reeleito Agente do Executivo Municipal (prefeito) em 1898/1905, tendo realizado o calçamento de ruas, a arborização de praças, a iluminação de gás acetileno, entre outras inúmeras obras de utilidade pública. Em 23 de junho de 1928, minutos depois da meia-noite, vitimado por uma "angina Pectoris", falecia o Dr. Antônio Pinto de Oliveira em sua residência, à Av. Rio Branco, em Varginha. O povo que o venerava pelas suas excelentes qualidades de espírito e de coração, por sugestão do Monsenhor Leônidas João Ferreira, ergueu-lhe uma estátua inaugurada exatamente dois anos após o seu transpasse, em 23 de junho de 1930, na Av. Rio Branco. Os artistas da Casa de Arte Decorativas de São Paulo idealizaram e modelaram com capricho a Estátua, esforçando-se para que a figura do Dr. Pinto, modelada em bronze, tivesse perfeitos traços de semelhança.

Por que Preservar...?

“A memória é um motor fundamental da criatividade.” UNESCO

Chegada do primeiro trem a Varginha - 28 de maio de1892.

Todo esse Patrimônio que recebemos como herança cultural faz parte de nossa identidade sociocultural, é parte de nossa história e memória urbana e nos foi transmitido gratuitamente apenas por estarmos inseridos em uma sociedade. Essas características culturais e históricas são únicas e específicas, constituindo a personalidade de cada comunidade, valorizando sua autoestima e o senso de pertencimento.

Porém, é necessário conhecer esse nosso Patrimônio saber quais são as origens de nossas atuais conformações físicas e sociais, para que possamos nos conhecer melhor e assim compreender nossa trajetória.

Nossas cidades e seus prédios foram construídos em uma época que se tinha mais tempo e recursos para serem empregados com a qualidade e estética, acrescentando ornamentos e detalhes que hoje em dia são inconcebíveis. Atualmente a agilidade das construções e as questões econômicas envolvidas nesse processo são fundamentais para a viabilidade no desenvolvimento e execução dos projetos, não se podendo perder tempo, pois tempo é dinheiro. Além disso, as características estilísticas empregadas outrora não são as mesmas de hoje e devem ser conservadas, entre outros motivos para que tenhamos o registro destas técnicas e estilos, nos servindo assim de inspiração.

Preservar o patrimônio é preservar também a natureza, no sentido de que se gera menos resíduo com a sua demolição e se utiliza menos matéria prima para uma nova construção. Preservar compreende também dar continuidade ao seu uso, seja ele o mesmo para que foi construído ou não, evitando assim que fique abandonado, pois esse sim é um dos maiores riscos à degradação do Patrimônio Cultural.

Saber interpretar os símbolos culturais presentes nesse Patrimônio é fundamental para a preservação. Todo um complexo sistema de relações e conexões está contido em um simples objeto de uso cotidiano, numa edificação, numa paisagem ou numa manifestação popular, e os diversos valores embutidos são identificados no seu processo de leitura e descoberta. Este procedimento tem a capacidade de despertar sentimentos de curiosidade, surpresa, comoção e entendimento de toda rede a simbólica que permeia nosso existir coletivo.

Assim, a permanência desse Patrimônio deve ser integrada com as novas dinâmicas da cidade, buscando o equilíbrio e a harmonia entre o passado e o presente, servindo de base para um futuro sustentável, para que, assim, as futuras gerações possam usufruir dessa herança.

Você também pode participar da proteção do nosso Patrimônio Cultural:

- sempre que for construir ou reformar procure saber se seu imóvel faz parte do Patrimônio Cultural da cidade e busque orientações de como melhor proceder suas obras;
- atue, se informe, divulgue, comente e participe das iniciativas de preservação do Patrimônio Cultural de nossa cidade;
- informe e denuncie ao CODEPAC ou à Prefeitura Municipal ações que venham causar danos ao Patrimônio Cultural de nossa cidade.

“ A comunidade é a melhor guardiã de seu Patrimônio”. Aloísio Magalhães

CODEPAC - (35) 3690 - 2718

Antes e depois ...

Veja como o aspecto da cidade pode ser transformado através de intervenções bem ou mal sucedidas.

Praça Matheus Tavares esquina com a Rua Dep. Ribeiro de Resende

Rua Valentim Couto esquina com a Rua Wenceslau Braz

Governo da Cidade de Varginha

Administração 2013/2016

Dr. Antônio Silva
Prefeito Municipal

Dr. Vérdi Lúcio Melo
Vice-Prefeito Municipal

Prof. Francisco Graça de Moura
Diretor Superintendente da
Fundação Cultural de Varginha

Profª. Diná de Souza Melo
Presidente do Conselho Deliberativo da
Fundação Cultural de Varginha

Giovana A. Toledo de Melo
Presidente do CODEPAC

Arq. Álvaro Jatobá
Núcleo de Arquitetura e Patrimônio Cultural

Conselho Editorial
Agnaldo Montesso, Álvaro Jatobá, Cláudio Martins, Keila da Costa, Marco Antonio Pinto e Rosildo Beltrão.

Referências Bibliográficas:

LEFORT, José do Patrocínio. Varginha: Monografia histórico-geografica e estilístico-religiosa pelo centenário da paróquia a 1º de junho de 1950. São Paulo: Gráfica São José, 1950.
NUNES, Aparecida Maria. Histórias que fazem História: pioneirismo empresarial em Varginha. Varginha: Editora da Faculdade Cenecista de Varginha, 2004.
PAULA, Alcebíades Sebastião Viana de. Achados Arqueológicos na Região de Varginha. Revista da Associação Médica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1967.
SALES, José Roberto. Breve História de Varginha (MG): 1763-1922.Varginha: Editora Correio do Sul, 2007.
SALES, José Roberto. Espírito santo da Varginha (MG): 1763-1920. Varginha:Gráfica Editora Sul Mineira, 2003.
SALES, José Roberto. Capelas e igrejas católicas de Varginha (MG): 1763-1913. Varginha:Gráfica Editora Sul Mineira, 2009.
Preservação do Patrimônio Cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro! Coordenação Altamiro Sérgio Mol Bessa. Belo Horizonte: Crea-MG, 2004.26p.
Lei Municipal n° 2.896 de 08 de abril de 1997.
Decreto Municipal n° 2.142 de 09 de outubro de 1997.

"Agora, estou certo de que essas estruturas marcadas por risos e manchadas por lágrimas são mais do que edifícios inertes. É impossível pensar que, ao fazerem parte da vida, não tenham absorvido as radiações provenientes da interação humana."

Will Eisner - O Edifício.

Equipe de Produção

Coordenação do Projeto
Álvaro Jatobá

Texto Patrimônio Tombado
Arquivos CODEPAC

Diagramação, Arte, Pesquisa e Textos
Álvaro Jatobá

Revisão dos Textos
Daniele Valle
Giovana A. Toledo de Melo

Fotos
Acervo CODEPAC

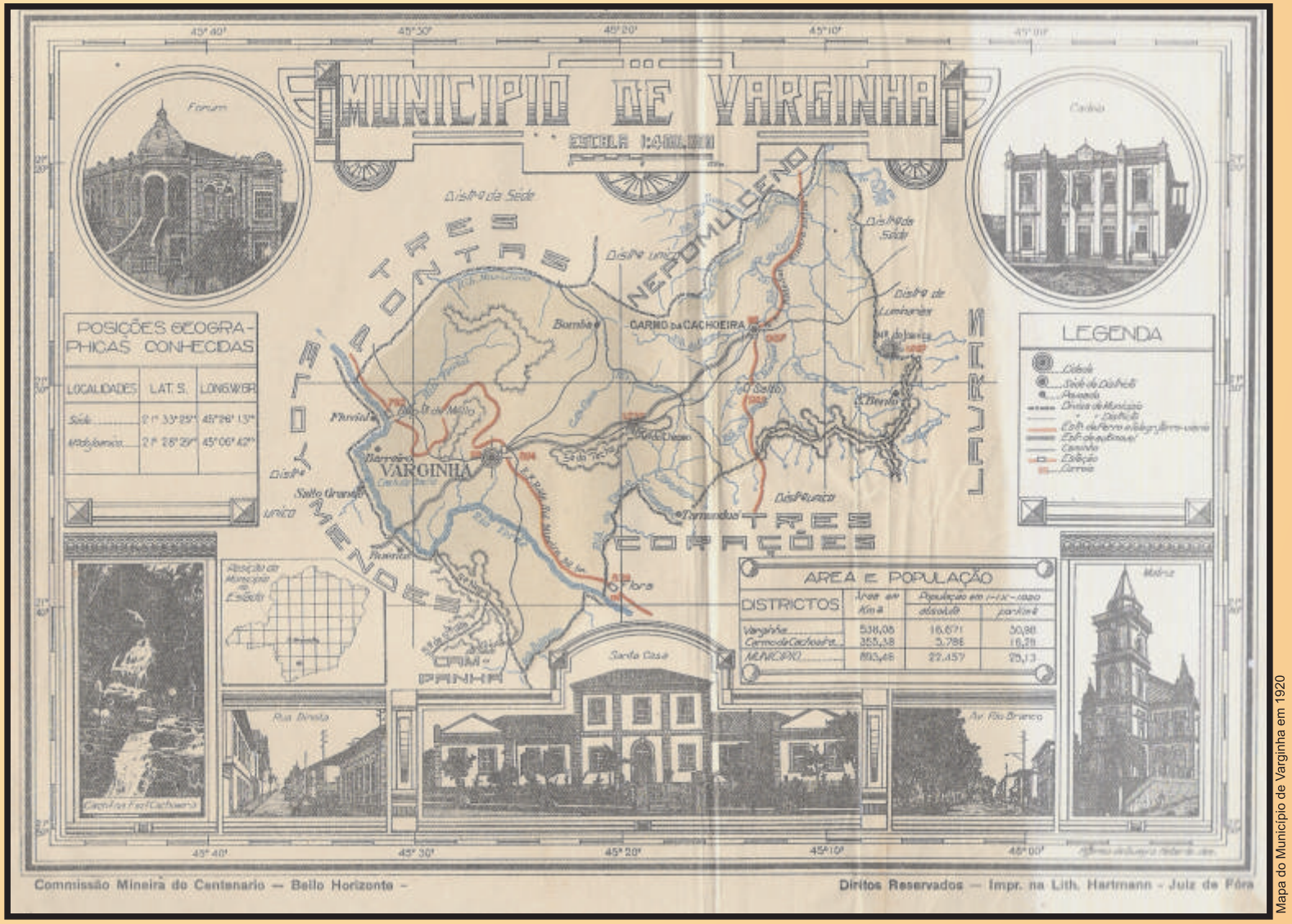
Consultoria
Rosildo Beltrão

Apoio
Igor Borges, Vonete Lima, Samuel Prado

Agradecimentos
Prof. José Roberto Sales
Nico Vidal - in memorian
Maria Marta Mazeli
Nilson Antônio Ribeiro

Impressão Rograf - 2.000 exemplares.
Editado com recursos do FUMPAC.

Banco do Comércio e Indústria de MG



Commissão Mineira do Centenario — Bello Horizonte —

Direitos Reservados — Impr. na Lith. Hartmann - Juiz de Fóra

Mapa do Município de Varginha em 1920

Governo da Cidade de Varginha

FUNDAÇÃO CULTURAL DE VARGINHA

CODEPAC

Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Varginha

FUMPAC

Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de Varginha